



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA  
EDUCAÇÃO FÍSICA**

---

**Sávio Lopes Padilha**

**PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM**

**SÃO BORJA, RS, Brasil**

**2007**

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA  
EDUCAÇÃO FÍSICA**

---

**por**

**Sávio Lopes Padilha**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial:  
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos da Universidade Federal de  
Santa Maria em convênio com a Fundação Áttila Taborda – URCAMP –  
Campus de São Borja/RS, como requisito parcial para obtenção do grau  
de

**Especialista em Educação Especial : Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos**

**PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM**

**SÃO BORJA, RS, Brasil**

**2007**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Curso de Pós-Graduação - Especialização em Educação Especial:**  
**Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico  
de Especialização

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

elaborado por  
**Sávio Lopes Padilha**

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Maria Inês Naujorks**  
(Presidente/Orientador)

---

**Sibila Luft**

---

**Renata Corcini Carvalho**

SÃO BORJA, novembro de 2007.

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **A INCLUSÃO DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

AUTOR: SÁVIO LOPES PADILHA

ORIENTADORA: MARIA INÊS NAUJORKS

Data e local da defesa: São Borja, 06 de novembro de 2007.

Nos tempos atuais observa-se uma busca freqüente de conceitos e procedimentos para superar os desafios diários encontrados na sociedade. Dentre estes desafios está o de garantir a todos de forma indiscriminada o exercício da cidadania. Não mais é raro falar-se em inclusão e menos raro é falar sobre inclusão na educação, referindo-se às pessoas com necessidades especiais. Neste trabalho a educação inclusiva, foi abordada com o objetivo de mostrar a realidade do cotidiano escolar em quinze escolas da rede pública municipal e estadual da cidade de São Borja, onde realizou-se uma breve pesquisa baseada em respostas objetivas a um questionário, abordando aspectos pedagógicos do ensino e ainda as metodologias e planejamentos aplicados, todos voltados à inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nessas escolas de ensino regular. Conclui-se que para uma real prática da inclusão, é necessário que uma maior participação da sociedade como um todo, ainda a criação de equipes interdisciplinares, uma mudança de valores e atitudes, planejamento e investimento na área de capacitação profissional, que se sabe, dependente do Estado, mas não somente deste, para possibilitar o direito à educação regular a pessoas com necessidades especiais.

**PALAVRAS- CHAVES:** Inclusão; Necessidades Especiais; Capacitação Profissional.

## **ABSTRACT**

Article of Specialization  
Course of Specialization in Special Education: Cognitive deficit and Education of  
Deaf  
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

### **The INCLUSION OF THE STUDENTS CARRIERS OF SPECIAL NEEDS IN THE PHYSICAL EDUCATION**

AUTHOR: SÁVIO LOPES PADILHA  
ORIENTADORA: MARIA INÊS NAUJORKS

It dates and local of the defense: São Borja, November 06, 2007

In the current times it is observed a frequent search of concepts and procedures to overcome the daily challenges found in the society. Dentre these challenges are the one of guaranteeing to everybody in an indiscriminate way the exercise of the citizenship. Not more it is rare to speak in inclusion and less rare it is to speak on inclusion in the education, referring to the people with special needs. In this work the inclusive education, it was approached with the objective of showing the school reality of the daily in fifteen schools of the municipal and state public net of São Borja's city, where he/she took place a brief research based on objective answers to a questionnaire, approaching pedagogic aspects of the teaching and still the methodologies and applied plannings, everybody returned to the students' carriers of special needs inclusion in those schools of regular teaching. It is ended that for a Real practice of the inclusion, it is necessary that a larger participation of the society as a whole, still the creation of teams interdisciplinares, a change of values and attitudes, planning and investment in the area of professional training, that it is known, dependent of the State, but not only of this, to facilitate the right to the regular education the people with special needs.

**KEY -WORDS:** Inclusion; Special needs; Professional training.

## **Sumário**

<b>1 - APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>2 – CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO</b> .....	6
<b>3 - REFERENCIAL</b> .....	7
3.1 – A inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades especiais.....	7
3.1.1 – Políticas de Inclusão .....	9
3.1.2 – Concepção de Educação Especial.....	11
3.1.3 – Educação e espaços Inclusivos.....	12
3.1.4 – Formação de educadores.....	13
3.1.5 – Rede de apoio à educação inclusiva e equipe interdisciplinar.....	15
3.1.6 – Educação Física escolar.....	17
3.1.7 – Atividade física para o portador de necessidades especiais.....	19
3.1.8 – Aspectos pedagógicos da Educação Física.....	20
<b>4 – RESULTADOS</b> .....	22
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	24
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27

## **APRESENTAÇÃO**

A Educação Física Escolar e as propostas ligadas à educação de pessoas com necessidades especiais nos tempos atuais, isto é, tema muito debatido o que possibilita reflexões sobre essa questão e as relações entre cada área envolvida no sistema de ensino.

Vê-se diariamente, a difusão deste assunto, abordada pela mídia, de diferentes formas e posicionamentos, mas somente isso não é necessário para que se tenha o devido conhecimento sobre o tema, faz-se necessário que todos tenham o compromisso e participação direta para consolidação de uma sociedade justa para todos, dividindo as responsabilidades inerentes para atingir o bem comum.

Numa sociedade democrática, busca-se a pluralidade, o direito à participação nos processos de ensino e aprendizagem. A própria Constituição Brasileira, como princípio adota a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, sem a distinção de raça, cor, idade, sexo ou qualquer outra forma de discriminação, ou seja, prevê uma escola aberta a todo e qualquer cidadão. A responsabilidade pela qualidade de vida, no caso da educação, é do cidadão, que pode e deve cobrar seus direitos e cumprir com seus deveres.

Assim, parece-nos importante a reflexão sobre alguns aspectos do ambiente escolar, quanto às competências humanas, às relações com a área da Educação Física Escolar, outras disciplinas levando em consideração a prática pedagógica atual aplicada na maioria das escolas.

Tendo como objetivo primordial verificar nas escolas municipais e estaduais de São Borja a ação do professor de Educação Física e o que as escolas apresentam na realidade para que ocorra a inclusão social e escolar dos alunos com necessidades especiais e como a disciplina de Educação Física pode ser transformadora nesse processo inclusivo.

## **2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO**

Este trabalho caracterizou-se pela aplicação de uma pesquisa de campo descritivo-exploratória, de corte transversal, e cunho bibliográfico, com uma

abordagem quantitativa e qualitativa. A amostra foi composta por 15 escolas da rede regular de ensino da cidade de São Borja-RS, com uma população de 5ª a 8ª série do ensino fundamental.

Utilizou-se como instrumento um questionário composto de cinco perguntas objetivas, onde foram abordados aspectos quanto aos tipos de patologias excludentes, o planejamento, a participação e o acompanhamento dos alunos portadores de necessidades especiais. Visando a promoção do seu desenvolvimento, bem como a inclusão social.

No decorrer do trabalho, foram desenvolvidos os relatos da pesquisa dentro dos seguintes temas: A inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades especiais; Políticas de Inclusão; Concepção de Educação Especial; Educação e Espaços Inclusivos; Formação de Educadores; Rede de Apoio à educação Inclusiva e Equipe Interdisciplinar; Educação Física Escolar; Atividade física para o portador de Necessidades Especiais e Aspectos Pedagógicos da Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 A INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Sabe-se que o princípio da inclusão escolar é de que todas as escolas devem acolher todas as crianças, inclusive crianças portadoras de necessidades especiais, seja qual for sua raça, credo ou qualquer outro grupo diferenciado ou desfavorecido, isto significa uma pedagogia de relação com a criança, capaz de se moldar com sucesso a quaisquer obstáculos e diferenças.

A escola especial, por si só, sugere suportes necessários ao seu funcionamento e o esperado atendimento às crianças com necessidades especiais, sejam, saúde e assistência social coordenados com os serviços de educação.

Esta é uma forma da escola não se limitar e se isentar da responsabilidade de ter em seu quadro de educando, alunos portadores de necessidades especiais, e encaminhá-los a escolas com atendimentos especializados, para isso, deve-se buscar a educação inclusiva.



A presença de necessidades educacionais especiais, cujo atendimento esteja além das condições e possibilidades dos professores e dos demais recursos escolares comuns, demandará a provisão de auxílios e serviços educacionais propiciados por professores especialmente preparados para atendê-las. Por outro lado, as necessidades educacionais especiais são, as vezes, acompanhadas de necessidades especiais de outras ordens e que requerem também a intervenção da escola no sentido de encaminhar, orientar ou viabilizar o atendimento necessário, ainda que do âmbito social, médico ou outro, de forma indireta, cooperativa e integrada à educação escolar.

As atividades curriculares e pedagógicas requerem a avaliação criteriosa por parte dos profissionais envolvidos, bem como da família de cada aluno. Embora se saiba, não é demais lembrar que grande parte das necessidades educacionais, mesmo dos alunos com necessidades especiais, poderão ser atendidas apropriadamente, sem os recursos especiais, utilizando-se dos recursos os quais a escola viabiliza.

Essas ponderações estão de acordo com a expectativa, mais freqüente em nossos dias, de que cada vez mais crianças com necessidades especiais estejam nas classes comuns e escolas comuns, sendo efetivamente atendidas em suas demandas escolares, ao mesmo tempo em que cada vez menos classes e escolas especiais sejam necessárias.

É sabido que não são poucos os educandos que tem suas necessidades educacionais interpretadas como especiais ou muito diferentes por parte de professores mal preparados ou mal apoiados pelo sistema de ensino.

Observa-se entre educadores e profissionais uma busca freqüente de conceitos e procedimentos para superar os diversos desafios encontrados nos múltiplos setores da sociedade. Um desses desafios é garantir a todos os seres humanos o direito do exercício pleno da cidadania. Com freqüência ouvem-se discursos que pregam sobre uma sociedade inclusiva que proporcione oportunidades ideais de educação, trabalho, e convívio social para pessoas com necessidades especiais. O objetivo final seria uma 'sociedade para todos' que atendesse às necessidades especiais de cada um e valorizasse a diversidade de todos os componentes da sociedade.

O discurso prega valores e objetivos de uma forma ideal, mas sua transformação em realidade prática tem encontrado diversos obstáculos. Antes que os objetivos almejados possam ser alcançados é necessário que ocorram mudanças radicais naqueles que controlam e dispensam serviços à sociedade. Para a educação inclusiva, por exemplo, requerem-se mudanças nos profissionais da educação que precisam de novas atitudes e valores em relação a pessoas com necessidades especiais assim como rever suas habilidades e capacitação em servir essa população sem segregá-la.

A educação é compreendida como um direito de todos na perspectiva coletiva da comunidade escolar, assim as escolas devem propiciar espaços que valorizem as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, que atendam às necessidades de cada aluno em potencial, frente às mudanças que ocorrem em relação a efetivação de uma política de educação inclusiva, fundamentada na atenção à diversidade e no direito de todos, reforçando o processo de inclusão educacional.

Por fim, a inclusão social, hoje, deixa de ser uma preocupação somente de lideranças, especialistas, ou seja, não mais fica delimitada apenas a determinado grupo ou segmento e sim passa a ser uma questão a ser discutida por toda a sociedade.

### **3.1.1 Políticas de Inclusão**

A política inclusiva centra-se nos eixos da organização social fundamentada legalmente com o objetivo de viabilizar os direitos individuais do público ao qual se destina.

A escola é o início de tudo. Hoje, sabe-se, existem grandes dificuldades nas escolas públicas, enfraquecidas, com escassos recursos, dificuldades em disponibilizar vagas, problemas administrativos e de recursos humanos e principalmente os problemas políticos/administrativos.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, foi elaborada em 1993, pela Coordenadoria da Secretaria de Educação e Desporto do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

O objetivo dessa política é garantir atendimento educacional ao aluno com necessidades educativas especiais.

As últimas duas décadas foram marcadas por movimentos sociais importantes, organizados por pessoas com deficiência e por militantes dos direitos humanos, que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à plena participação social. Essa conquista tomou forma nos instrumentos internacionais que passaram a orientar a reformulação dos marcos legais de todos os países, inclusive do Brasil. Um desses instrumentos é a Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)<sup>1</sup>, que ratificou o princípio da Diversidade e estabeleceu, ao lado do direito à igualdade, o direito à diferença: o reconhecimento da pluralidade de sujeitos portadores de direitos e de seus direitos específicos como parte integrante e indivisível da plataforma universal dos Direitos Humanos. Isso significou o rompimento de um paradigma centrado na idéia de Integração das pessoas com deficiência, que visava aproxima-las dos padrões de normalidade vigentes, em favor de um outro, o da inclusão, centrado na mudança radical das práticas sociais com respeito à diferença. No Artigo 22 da Declaração de Viena, está exposto: Deve-se dar atenção especial às pessoas portadoras de deficiências, visando a assegurar-lhe um tratamento não-discriminatório e equitativo no campo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, garantindo sua plena participação em todos os aspectos da sociedade.

Tal mudança introduz à ética da diversidade, que rompe com a idéia de um modelo de humanidade e de seres humanos, rompendo com a idéia de padrões sociais e de adaptação dos excluídos ao *status quo*.

Implantar uma política inclusiva é o atual desafio da educação brasileira, conjugando o dever do Estado e o direito à Cidadania.

No Brasil, o Ministério da Educação e Cultura, mostra através da análise de dados censitários, que 24,6 milhões de pessoas apresentam pelo menos um tipo de deficiência, cerca de 14,5% da população brasileira. Neste censo (Ano de 2000), foram incluídas todas as pessoas que apresentam alguma dificuldade de enxergar, ouvir, de locomover-se ou tenham alguma deficiência mental. O conceito utilizado, de limitação de atividades, seguiu orientações da Organização Mundial da Saúde e da Organização das Nações Unidas (ONU).

---

<sup>1</sup> Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao\\_viena.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao_viena.htm)> Acesso em 24 nov 2006.

### **Tabela indicativa das deficiências e sua incidência da população Brasileira**

<i><b>Deficiência</b></i>	<b>Incidência</b>
<b>Visual</b>	<b>16.573.937</b>
<b>Motora</b>	<b>7.879.601</b>
<b>Auditiva</b>	<b>5.750.809</b>
<b>Mental</b>	<b>2.848.684</b>
<b>Física</b>	<b>1.422.224</b>

---

**Fonte: Censo Demográfico IBGE (2000)**

Ainda no ano de 2000, segundo o IBGE, havia na faixa de 0 a 14 anos, 2.161.333 pessoas com pelo menos uma das deficiências enumeradas. Dessas pessoas, nessa faixa etária, que engloba a educação infantil e educação fundamental, havia 1.602.660 pessoas com alguma deficiência freqüentando creche ou escola.

Observa-se que os números são consideráveis, e que a educação inclusiva deve ser entendida e compreendida, principalmente contextualizada, frente a tantas dificuldades de adequação do sistema vigente de ensino, seja regular ou especial.

#### **3.1.2 Concepção de Educação Especial**

No século XIX surgiu a educação especial, primeiramente, num domínio estritamente médico-clínico, prescrevendo os padrões de normalidade. Nesta perspectiva, interpretou-se as deficiências a partir de uma visão inatista e organicista, indicando as impossibilidades e dificuldades do indivíduo. Sobre estes moldes, de acordo com Ross(2000), a educação especial se orientou sobre uma prática curativa, reabilitadora, que visou desenvolver atividades manuais simplificadas, com finalidades terapêuticas e ocupacionais.

Por outro lado, ao longo do século XIX, a educação especial também se baseou numa perspectiva pedagógica, embora ainda assentada no campo médico. Instaurou-se uma nova visão, acreditando-se nas possibilidades dos indivíduos considerados portadores de necessidades especiais.

É somente na última década do século XIX que as escolas residenciais passam a ser desconsideradas como instituições apropriadas para a educação do deficiente mental e são implantadas as classes especiais. Neste momento, o método de avaliação de inteligência, criado por Binet (1905), contribuiu para selecionar os alunos que deveriam freqüentar a classe especial.

Surge a Educação Especial no sentido moderno, que propõe uma prática educativa que seleciona os alunos de acordo com suas necessidades especiais e que utiliza métodos específicos para proporcionar-lhes um melhor desenvolvimento.

Passou-se a pensar que a escola especial, na tentativa de integrar os indivíduos marcados por uma distinção, deveria garantir um controle das diferenças por padrões de normalização e, ao mesmo tempo, ser capaz de reconhecer as diferenças individuais e as necessidades específicas do aluno. Foi proposto um currículo flexível e aberto dando ênfase a um ambiente adequado com material didático disponível e professores preparados. Inicia-se a tentativa de inserir as pessoas portadoras de deficiência no sistema geral de educação, surgindo as classes especiais dentro de escolas comuns.

Segundo Mena (2000), é importante ressaltar que a escola especial significou uma conquista para a sociedade, na medida em que possibilitou aos indivíduos considerados deficientes terem acesso ao ensino, dispondo de recursos especiais apropriados às necessidades de cada um, respeitando as diferenças, aptidões, e os interesses individuais.

### **3.1.3 Educação e Espaços Inclusivos**

Para Brum (2006), “a inclusão refere-se à aceitação e participação de todos no contexto social, voltado principalmente às pessoas com deficiências, físicas ou mentais”. Para que esse princípio passe a vigorar na sociedade, a escola deve ser a primeira a adotá-lo.

Mas o processo de inclusão escolar, não pode ser baseado em ações unilaterais, pois os portadores de necessidades especiais não necessitam somente da inclusão escolar, eles possuem outras necessidades básicas que querem ser atendidas.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), a proposta inclusiva considera que a escola deve ser um espaço para a diversidade humana, devendo

acolher a todos, independente de quaisquer diferenças que os alunos possam ter. A escola precisa responder às necessidades específicas de cada aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos.

A proposta inclusiva suscita questões acerca da função social da escola, da ação pedagógica, além de reflexões sobre as posturas e concepções até então vigentes. Para Schwartzman (1997), a inserção dos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino é uma medida fácil e ilusória, pois por si só não possibilita a inclusão escolar. Assim, considera-se que não basta colocá-los nos mesmos espaços educativos dos demais para se integrarem plenamente, é preciso dispor de serviços adequados de acessibilidade e de apoio.

Percebe-se muitas vezes, que as escolas do ensino regular comum, não conhecem a realidade das escolas de educação especial, isso dificulta a inter-relação que deveria existir, não permitindo a troca de conhecimentos e experiências que seriam úteis no auxílio à educação para alunos portadores de necessidades especiais e necessários para a efetivação do processo de inclusão escolar.

Todas as considerações já feitas culminam na necessidade de criação e implementação de estratégias para o desenvolvimento das políticas públicas de inclusão social/escolar. Com esta perspectiva também é necessário que haja uma interação dos setores da saúde e educação com o objetivo único, de direcionar os esforços em benefício do processo de inclusão, o qual segue alguns princípios norteadores.

#### **3.1.4 Formação de Educadores**

É a essencialidade do processo de educação, é o elo que liga, delimita e interage com as diferentes situações que se vivencia no cotidiano escolar e principalmente na tarefa de educar.

Uma das principais dificuldades na formação dos educadores para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais é diversidade sócio-cultural do Brasil.

A formação profissional dos educadores é uma necessidade, não somente na área de educação especial, mas principalmente nesta, isso é notório. Vivemos atualmente, em um mundo onde as mudanças ocorrem muito rapidamente. Quais seriam os benefícios e os problemas decorrentes para um portador de necessidade

especial, frente a essas mudanças (tecnologia ou o avanço da medicina, por exemplo).

“Reportando-se à idéia de inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais na rede regular de ensino, não se pode esquecer que a questão relevante desse problema está no processo de educação escolarizada dessas pessoas. Muito importante é de se destacar esta afirmação à medida que distorções relacionadas à maneira de abordar o tema inclusão podem conduzir à supervalorização da integração social em detrimento da escolarização dos alunos mencionados. Outro aspecto importante na escolarização desses alunos é o desafio de “integrar contribuindo para a educação geral, sem criar novos espaços para acomodar [...] procedimentos de segregação em nome da necessidade de um ensino especializado e [...], sem reduzir a problemática da deficiência à dimensão do ensino” (FERREIRA, 1998, p.10).”

Denota-se então a importância de que se invista na formação dos educadores, principalmente em políticas de formação continuada, com o envolvimento de grupos interdisciplinares e institucionais que interajam com o corpo docente das escolas.

A Educação Física em ambiente escolar, depara-se com grupos tais, formados por crianças com diferentes níveis de habilidade motora. Isso torna-se mais evidente ao se levar em conta a presença, em aulas de Educação Física, de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais caracterizadas por algum tipo de deficiência, seja ela física, mental, sensorial ou múltipla. Tratando-se da inclusão escolar essa abordagem recebe uma forma especial, no que tange às suas implicações no processo de formação profissional do professor de Educação Física.

Estar preparado, do ponto de vista da formação/preparação profissional, implica em considerar inicialmente que a formação profissional é um processo longe de se esgotar no ensino superior. É a partir da assunção de que o processo de ensino-aprendizagem em aulas de Educação Física diz respeito à construção de um ambiente que proporcione ao aluno vivências motoras significativas ao seu processo de desenvolvimento e capazes de corroborar o projeto pedagógico da escola, que se deve considerar a possibilidade de intervenção na realidade de alunos que apresentem deficiência.

Não se pode perder de vista que parte dos professores atuantes em nossas escolas não teve, durante sua formação, acesso a qualquer informação relacionada ao assunto “deficiência” – particularmente aqueles formados até meados da década de oitenta do século que passou. Além disso, está o fato de que o conhecimento acumulado sobre esse assunto carece aprofundar-se muito ainda, em vista de se levar esta sistemática de inclusão o mais próximo possível da sociedade.

### **3.1.5 Rede de Apoio à Educação Inclusiva e Equipe Interdisciplinar**

A criação de uma rede de apoio a implementação da política de educação inclusiva e da política de saúde das pessoas portadoras de necessidade especial, pode ser viabilizada por meio da integração de profissionais da educação especial, como pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e ainda conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde, ou seja, estes profissionais estão ligados diretamente com a realidade de cada lugar, com conhecimento abrangente e que sem dúvida podem contribuir assessorando o processo educacional de inclusão escolar com algumas ações como:

- a) Investigar e explorar os recursos da comunidade a fim de articular os serviços especializados existentes na rede de educação e saúde às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- b) Desenvolver estratégias de parceria entre as diversas instituições com trabalho social e comunitário, governamental e não governamental.
- c) Realizar visitas domiciliares para auxiliar no acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino;
- d) Acompanhar o processo de aprendizagem do aluno com necessidades especiais, favorecendo a interlocução dos segmentos da comunidade escolar;
- e) Articular a mediação entre a sala de aula com o atendimento educacional especializado, o atendimento clínico, a rede de assistência e a família (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 47).

A Educação Física, como disciplina regular, do Ensino Fundamental e Médio, também podem contribuir com outras disciplinas, isto, se inter-relacionada com estas. Como exemplo pode-se sugerir:

- História — pode-se trabalhar com a história da Educação Física e/ou dos Esportes. Utilizando-se encenações teatrais, a atividade torna-se mais motivadora e é possível aproximá-la da área de Artes.
- Geografia — pode-se localizar países, estados e cidades relacionados a eventos ou fatos esportivos. Por exemplo: encontrar no



mapa a sede dos próximos Jogos Olímpicos, Atenas; pesquisar sobre a cidade de Madri, do time de futebol Real Madri, no qual jogam Ronaldinho e Roberto Carlos; ou, ainda, tentar descobrir por que a equipe do Flamengo (bairro) é chamada assim.

- Ciências — livros de Fisiologia do Esforço ou do Exercício são sempre uma boa alternativa para a seleção de temas nessa área. Por exemplo: a importância do consumo de água durante a atividade física; os efeitos do calor sobre o praticante de exercícios; por que a altitude influencia no rendimento físico (SIMAS, 2006).

O mesmo autor, ainda sugere outras disciplinas que se inter-relacionam com a Educação Física:

- Filosofia — uma questão que está sendo muito discutida é a atual concepção do corpo. Assim, são bons assuntos para debater em sala de aula a estética, o padrão de beleza obsessivo (a influência da mídia e da alta-costura e as doenças relacionadas a esse padrão, como a anorexia e a bulimia) e a ética — por meio do tema doping. Há vários filósofos que discutem a preocupação com o corpo. Uma sugestão de leitura são as obras de Merleau-Ponty.

- Línguas Estrangeiras — uma estratégia para fazer convergirem essas disciplinas é comentar os esportes que são praticados nos países que falam determinado idioma. Na Língua Inglesa, por exemplo, pode-se trabalhar com os esportes americanos — como basquete, futebol americano e beisebol. Para a Língua Espanhola, pode-se falar sobre os grandes clubes espanhóis de futebol e até mesmo sobre a tourada — que também é considerada um tipo de esporte.

- Matemática e Geometria — os cálculos podem ser aprendidos usando-se e acompanhando-se a tabela do Campeonato Brasileiro, por exemplo, pois ela faz parte do cotidiano de várias crianças. Aprender as formas de pontuação de diferentes modalidades também pode ajudar no aprendizado de Matemática Básica. Na Geometria, angulações, áreas e volumes podem ser assimilados utilizando-se gravações de jogos e/ou das diferentes quadras das modalidades esportivas. No cálculo de volume, um bom referencial pode ser uma piscina ou pista de esquite, por exemplo.

- Português e Literatura — abordar os termos usados nos esportes é uma forma interessante de enriquecer o vocabulário. Outro tema que chama a atenção é a influência do futebol no vocabulário brasileiro: “deu bola”, “pisou na bola”, “está com a bola toda” e por aí vai. São inúmeras as palavras que se originaram nos esportes e são usadas em outras situações sociais. Na Literatura, é sabido que muitos escritores de renome nacional dedicaram algumas linhas aos esportes — Olavo Bilac, Lima Barreto, Coelho Netto, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Jorge Amado, Luís Fernando Veríssimo, Armando Nogueira, Oswald de Andrade, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, entre outros (SIMAS, 2006).

A metodologia quanto à integração disciplinar pode ser empregada abordando uma grande quantidade de assuntos. Assim, o mais importante é saber ser criativo, o educador pode e deve buscar novos temas e formando seus alunos de forma integrada com todo o contexto escolar.

### 3.1.6 Educação Física Escolar

Sabe-se que a educação física escolar, até décadas atrás apresentava um modelo em que o físico, a aptidão física e desempenho eram relevantes em relação aos aspectos sociais, cognitivos e afetivos. O mais importante das aulas de educação física escolar era a prática de esporte e o resultado.

O aluno deveria ter um bom desempenho nas aulas, também nos jogos e em determinadas modalidades esportivas, levando o aluno a ser um atleta. Este modelo de educação física hoje se considera excludente, por apresentar métodos de repetição, sem uma preocupação com a participação de todos os alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seu artigo 26 no parágrafo 3º diz que a Educação física está integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às condições da população escolar. Então como pode a Educação física partir de um modelo seletivo? Seria ela capaz de ter um comportamento excludente potencializado?

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que é um documento que traz subsídios para os profissionais da área de educação física, onde a proposta curricular é incluir os temas transversais nas aulas, que são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Orientação para Trabalho e Consumo, o professor deve estimular uma reflexão, e assim contribuir para uma visão crítica da disciplina dentro do meio social, assim sendo a educação física reflete uma mudança no seu objetivo onde um deles é formar cidadãos e não formar atletas, tendo visto que um de seus principais objetivos no ensino fundamental é que os alunos sejam capazes de participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características, físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características, pessoais, físicas, sexuais ou sociais.

Com isso as aulas de Educação física devem propiciar aos alunos através de atividades corporais uma atitude construtiva com os portadores de necessidades educativas especiais, possibilitando uma atitude de respeito, aceitação e solidariedade.

O professor de Educação física deve desenvolver as potencialidades de seus alunos, portadores de necessidades educativas especiais e não excluir das aulas, muitas vezes, sob o pretexto de preservá-los. A escola opta por dispensá-los da educação física, por considerar professor despreparado para dar aula para esses alunos. Este por receio, por pouca remuneração achando que para dar aula dentro da educação inclusiva tem que ter uma melhor remuneração, e que ele está sendo pago para dar aula para “alunos normais” e não para pessoas portadoras de deficiência com traços fisionômicos, com alterações morfológicas, problemas psíquicos, ou com problemas de coordenação que acabam se destacando das demais.

Assim sendo, a solução para o professor ou para a escola, nem sempre é o melhor para o aluno, antes de tomar uma atitude achando que irá expor o seu aluno a uma situação de vergonha perante aos outros, deve-se descobrir se o aluno gostaria de participar das atividades junto com os colegas. Essas atitudes acabam sendo complexas, no que diz respeito em aceitar as modificações, que irão partir de experiências vivenciadas ao longo do tempo.

Partindo do princípio que um dos objetivos gerais de Educação física no ensino Fundamental é que a criança através de atividades corporais conheça a si próprio e aos outros e principalmente que respeite as individualidades. Para Oliveira (2002) “quanto mais claramente se considerar a missão educativa da educação física, mais importante se tornarão os fatores psíquicos, a evolução da forma de aprender e pensar da criança, dos interesses dos jovens, das formas de ação e de sociabilidade.”

A Educação física escolar partindo-se do princípio de deve favorecer a criança, dando-lhe pleno desenvolvimento, suprimindo suas necessidades e capacidade de movimentos, deve ser o mais natural possível. Então o professor não pode dispensar a oportunidade destes alunos em participar da aula, pois o aluno sendo deficiente físico, mental, auditivo, visual, múltiplas ou até mesmo os portadores de síndromes, quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos eles têm necessidades de fazer atividades que desenvolva a sua socialização.

Para isso, os alunos portadores de necessidades especiais, devem estar envolvidos e comprometidos com as atividades sejam estas escolares, ou de convivência familiar e social.

### **3.1.7 Atividade Física para o Portador de necessidades especiais**

A atividade física realizada na forma de movimentos contínuos ou intermitentes visa melhorias específicas e localizadas, seja na intensidade que for realizada: fraca, moderada ou de grandes exigências respeitando os critérios de individualidade, que são próprios de cada indivíduo, contribuirá sempre efetivamente na reabilitação de qualquer tipo déficit que conhecemos.

Segundo a Carta Internacional de Educação Física e Desporto (1978):

“A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabelece que a prática da educação física é um direito de todos e que programas devem dar prioridade aos grupos menos favorecidos no seio da sociedade.”

A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (DUARTE; WERNER, 1995, p. 9).

Os esportes podem ser praticados pelos portadores de necessidades especiais considerando-se as suas dificuldades, devido a estas são feitas algumas modificações de regras e adequações que facilitam a prática promovendo a participação de um maior número de portadores. É preciso dar a oportunidade para que esse aluno deficiente teste suas plenas capacidades para desenvolvê-las.

A integração das pessoas portadoras de necessidades especiais está inserida no processo político, econômico e social e exige a formulação e o desenvolvimento de programas nos níveis da administração e unindo os esforços de todos os segmentos da organização social e da vida coletiva. Pois não só os indivíduos sofrem no corpo e na mente as necessidades especiais que o atingem: o preconceito e o desconhecimento só fazem travar o processo de inclusão pelo qual tanto se luta.

“Para que isso ocorra, deve-se promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (CIDADE; FREITAS, 1997).”

Sabe-se que a maioria das pessoas portadoras necessidades especiais, não recebem nenhum atendimento semelhante ao prestado ao restante da população e que não foi atingida por qualquer medida que a habilite a integrar-se normalmente à sociedade.

Um programa de conscientização não estará completo enquanto se limitar à apenas a divulgação de informações. Vale lembrar, importantíssimas e essenciais, ele deve visar à mudança de ordem prática, mas sim uma mudança de atitudes. Seu objetivo central deve ser permitir que a sociedade venha a se tornar a parte principal deste programa, única forma de encontrar o caminho para a sua superação.

Na Educação Física, tais adequações envolvem:

- Adaptação de material,
- Tempo disponível,
- Espaço e recursos materiais;
- Adaptação no programa;
- Planejamento das atividades e avaliação;
- Incentivar a expressão e criatividade;
- Reciclagem metodológica.

### **3.1.8 Aspectos Pedagógicos da Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais**

Sabe-se que a Educação Física propicia como os outros componentes curriculares, certo tipo de conhecimento aos alunos. Mas não é um conhecimento que se possa incorporar dissociado de uma vivência concreta. A Educação Física não pode transformar-se num discurso sobre a cultura corporal de movimento, sob pena de perder a riqueza de sua especificidade, mas deve constituir-se como uma ação pedagógica com aquela cultura. Essa ação pedagógica a que se propõe a Educação Física será sempre uma vivência impregnada da corporeidade do sentir e do relacionar-se. A dimensão cognitiva far-se-á sempre sobre esse substrato corporal. O professor de Educação Física deve auxiliar o aluno a compreender o seu sentir e o seu relacionar-se na esfera da cultura corporal de movimento.

De acordo com Carvalho (1998) e Oliveira e Poker (2002), a escola inclusiva pressupõe, uma educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos - considerados dentro dos padrões da normalidade com os com necessidades educacionais especiais - nas classes do ensino comum, da escola regular, a qual deve ter um projeto pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente, proporcionando um ensino inclusivo e a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, e de sua condição física, psíquica, mental, etc.”

Culturalmente, a formação pedagógica do professor de Educação Física vem sendo colocada em plano secundário, prevalecendo os conteúdos das disciplinas de cunho técnico- desportivo corporal e biológico [...] (Silva, 1993).

No tocante a legislação específica, alguns documentos são muito difundidos para embasamento literário da Educação e Educação Especial. Entre estes está a *Declaração de Salamanca* (1994)<sup>2</sup>: segundo este documento:

O que deve acontecer com a estrutura e o funcionamento da escola quando se trata de educação inclusiva e propõe, entre outras particularidades, que a matrícula de todas as crianças deve ser realizada em escolas comuns, e ainda lança às escolas o desafio de promoverem o ensino de qualidade, desenvolvendo um planejamento centrado nas necessidades da criança, requeiram elas recursos especiais ou não, a fim de educar a todos. De acordo com a proposta governamental do Brasil para a educação, a criança, mesmo que portadora de necessidades educativas especiais deve ser atendida preferencialmente, na rede regular de ensino (Brasil, 1996; MEC, 1999).

Observa-se que a Educação Física Escolar apresenta certa tendência de considerar as preferências culturalmente já existentes da maioria da população quanto às habilidades esportivas e físicas. Em função disso, observa-se que as aulas desenvolvem-se na maioria das vezes em moldes que privilegiam os grupos que mais se destacam nessa atividade escolar, mas esse tipo de ação, pode levar a prática da exclusão, não de maneira clara, mas mesmo não sendo intencional, destaca as diferenças de habilidades e competências entre os alunos. Essas ações, em geral, reforçam o desinteresse e o afastamento dos menos expressivos e menos habilidosos, o que os leva a solicitar a se desgostarem e também a deixarem de participar das aulas, seja pela falta de oportunidades ou por comportamentos excludentes por parte do grupo no qual participa.

---

<sup>2</sup> Declaração de Salamanca (1994) Disponível em:  
<[http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Downloads\\_Salamanca.doc](http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Downloads_Salamanca.doc)> Acesso em 24 nov 2006.

Percebe-se outro aspecto que se refere ao aluno presente nas aulas de Educação Física, em relação a participação ou não desse aluno nessas aulas e a ação pedagógica, ou seja, quanto menor a ação do professor, menor o envolvimento do aluno. Assim, independentemente das propostas pedagógicas, entende-se que a intervenção do professor deve ser efetiva e interativa para que se possa favorecer, estimular e orientar o desenvolvimento do aluno.

“Dentro dessa perspectiva, pode-se, na prática pedagógica nas aulas de Educação Física Escolar, envolver o grupo docente, alunos, familiares, especialistas etc., em reuniões periódicas para que seja apresentada a fundamentação teórica para a equipe responsável pelo projeto pedagógico onde sejam avaliadas as alternativas para que se obtenha o resultado esperado. Ainda, podem ser realizadas a observação, a orientação e o acompanhamento do trabalho desenvolvido em sala de aula e fora da sala de aula, seja este envolvendo crianças normais e com necessidades educativas especiais. Resta ainda o assessoramento de professores e familiares além de cursos de atualização para professores e técnicos da escola com conteúdos selecionados com base nas necessidades dos profissionais envolvidos.”<sup>3</sup>

“Da mesma forma, acredita-se que a interação dos conhecimentos sobre o que ensinar como ensinar e fundamentalmente sobre quem aprende devem fazer parte dessas “ações pedagógicas.”<sup>4</sup>

#### **4 RESULTADOS**

Nas escolas pesquisadas da rede pública de ensino regular fundamental da área urbana da cidade São Borja, verificou-se a existência de 16 alunos portadores de alguma das necessidades especiais já relatadas anteriormente. Este número mostra certa restrição em matricular-se aluno portador de necessidade especial em escolas regulares da rede de ensino da cidade de São Borja, observa-se ainda certo receio por parte da direção dessas escolas em relatar e falar das necessidades especiais dos alunos regularmente matriculados nestas escolas.

---

<sup>3</sup> Parte integrante do Projeto de Extensão Universitária financiado pelo PROEX/UNESP realizado junto ao Centro de Psicologia Aplicada da UNESP/Bauru, durante o ano de 2001.

<sup>4</sup> Educação Física e Inclusão: Considerações sobre a Ação Docente no Ambiente Escolar. Disponível em: <http://www3.fe.usp.br/efisica/trabs/31.doc> Acesso em 20 nov 2006.

Verificou-se ainda, através dos dados da pesquisa realizada, que o número de alunos matriculados nas escolas de educação especial existente em São Borja/RS é significativo em relação aos alunos matriculados nas escolas regulares de ensino do município, isso pode sugerir um problema de conscientização ou aceitação, tanto por parte das escolas, pais e comunidade, ocasionado talvez por falta de maiores informações sobre o tema “inclusão escolar”.

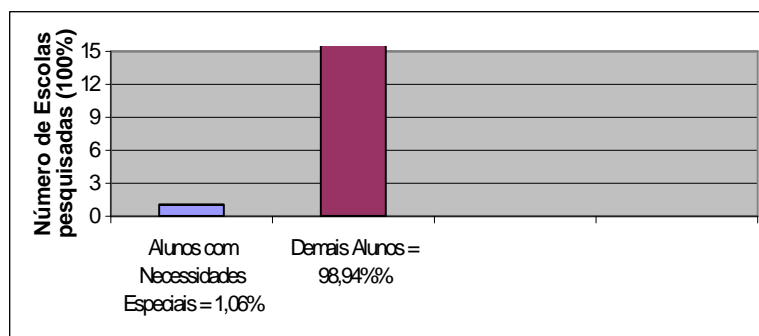


Gráfico 1 - Percentual de alunos matriculados nas escolas pesquisadas

Observou-se também, quanto à participação efetiva nas aulas de educação física, que em 03 escolas os alunos portadores de necessidades especiais realmente participam das aulas, em 10 escolas os alunos não participam dessas aulas e em 02 escolas não obtivemos resposta. Este fato, remete a vários fatores inerentes a Inclusão escolar, por exemplo, a qualificação dos profissionais ligados à educação, estrutura escolar, práticas pedagógicas, metodologias de ensino aplicadas entre outros problemas.

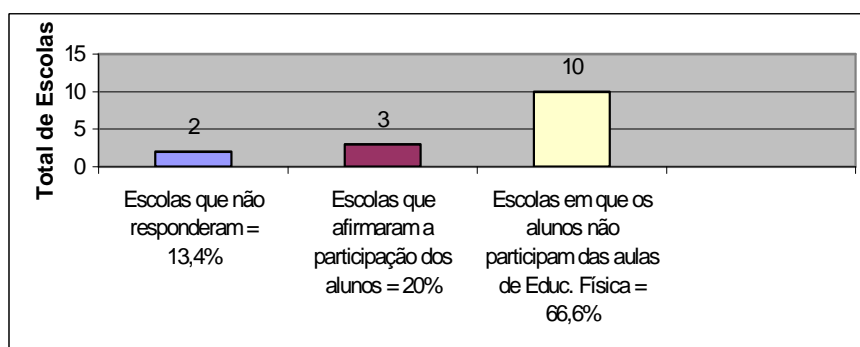


Gráfico 2 - Participação dos alunos Portadores de Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física nas Escolas.



Já, quanto à existência de planejamento adequado à inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física Escolar, verificou-se que em apenas 02 escolas há um planejamento pedagógico, já nas outras 13 escolas pesquisadas, não nem um tipo de planejamento específico a ser aplicado. Novamente o resultado remete a deficiências quanto a metodologia pedagógica aplicada e outros aspectos que já foram mencionados anteriormente.

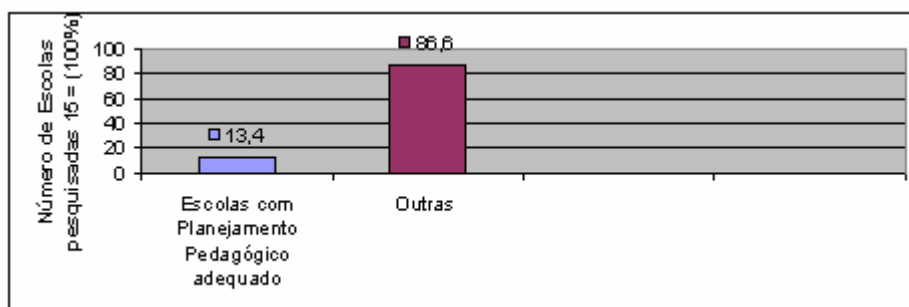


Gráfico 3 – Existência e aplicabilidade de Planejamento adequado nas escolas pesquisadas.

Finalizando, quanto ao acompanhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, pela direção das escolas e professores, no sentido de promover o desenvolvimento e a inclusão social, verificou-se que 07 das escolas pesquisadas fazem um acompanhamento dos alunos portadores de necessidades especiais e outras 07 não realizam nenhum trabalho nesse sentido, sendo que 01 escola não respondeu esse quesito.

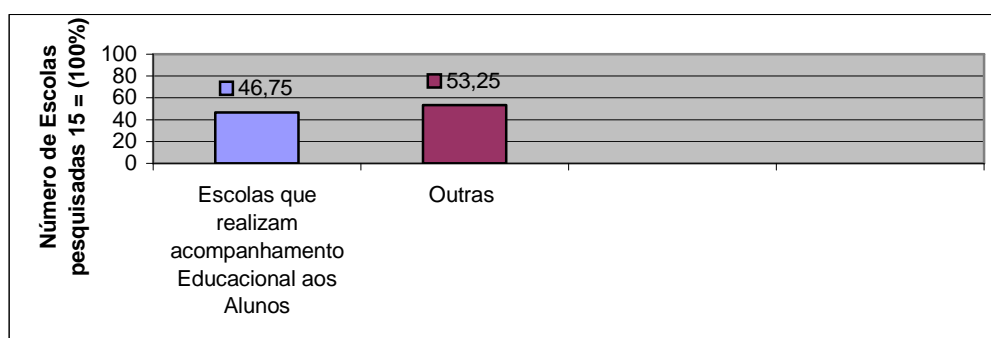


Gráfico 4 - Acompanhamento dos Alunos com Necessidades Especiais pelas Escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sem dúvida, frente aos resultados obtidos na pesquisa, nos leva a repensar e trabalhar no sentido de que mudanças se façam no sistema de ensino, para que a inclusão não seja apenas tema de debate, mas sim de ações.

Nesses tempos de mudanças e transformações sociais que se refletem nas escolas, às vezes de maneira problemática, incumbe a Educação Física e aos professores dessa disciplina estreitar as relações entre teoria e prática pedagógica, buscando experimentar e aplicar novos modelos, estratégicos e metodológicos para que a Educação Física melhor contribua para a formação das crianças e jovens e para uma assimilação crítica da cultura contemporânea.

Sabe-se que a Educação Especial é reconhecidamente uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis escolares, deixando claro que não há, nos sistemas de ensino, tipos diferentes de educação. Assim, a Educação Especial não é um sistema unilateral e as unidades escolares devem ter um conjunto de recursos organizados e disponibilizados para todos os alunos desenvolvendo suas competências dignidade. A escola precisa estar aberta para atender a todos e o Estado deve proporcionar as condições para a implementação da escola inclusiva, seja dispondo recursos, novos cursos de aperfeiçoamento e desenvolvimento para os docentes. Uma boa escola pública depende essencialmente de um corpo docente preparado, de um currículo atualizado frente às mudanças e necessidades que se apresentem, mas para isso, também é necessário uma ação conjunta de toda população envolvida no contexto escolar de cada localidade.

A inclusão escolar, como hoje se apresenta, resulta lenta e gradual em nosso país. No que se refere especificamente à Educação Física, cabe, a esta disciplina, apresentar aos alunos o que o meio social não apresenta, ou seja a vida em sistema de cooperação e não competitivo e a convivência de forma natural com às diferenças. Os professores da disciplina de Educação Física podem contribuir imensamente para isso, refletindo sobre a sua própria formação profissional e sobre os aspectos pedagógicos atualmente aplicados nas escolas da rede regular de ensino nas escolas públicas, disseminando novas propostas, refletindo sobre sua própria formação profissional acompanhando a evolução, com uma postura ética diante das inovações e com senso crítico, baseado no referencial científico e teórico-metodológico, não se comprometendo com a mesmice e a normalidade do que lhe é apresentado.

Este trabalho foi importante, em função de que se observou, durante o decorrer do curso de Educação Física, especialmente durante trabalhos realizados em diversas escolas, nas práticas pedagógicas uma série de dificuldades, as quais relacionaram e as adequaram-se à realização da pesquisa realizada.

Ressalta-se em conformidade com os resultados obtidos neste trabalho, a necessidade iminente de uma maior reflexão e estudos, por parte da direção e professores das escolas, sobre alguns aspectos do ambiente escolar, quanto às competências humanas, às relações com a área da Educação Física Escolar e as outras disciplinas, considerando a prática pedagógica atual aplicada na maioria das escolas, ainda são válidas a implementação de equipes interdisciplinares, fenômeno este que não foi detectado na pesquisa realizada e que muito pode contribuir para a inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades especiais.

Finalizando, observa-se que os resultados das verificações apresentados, no que se refere ao aspecto qualitativo, não se refletem na prática diária do profissional de Educação Física, conforme aponta o resultado final da pesquisa, onde sugere-se investimentos para uma constante qualificação dos profissionais da educação, seja no ensino regular ou especial.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **O Jogo no Ensino de Conceitos a Pessoas com Problemas de Aprendizagem: Uma Proposta Metodológica de Ensino. 2002.** (Pesquisa de Pós-Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

AGUIAR, J. S. **Educação Inclusiva: Jogos para o Ensino de Conceitos.** 1. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2004.

BETTI, M. **Atitudes e opiniões de escolares de 1º grau em relação à Educação Física.** In: XIV SIMPÓSIO DE CIÊNCIA DO ESPORTE. 1986. São Caetano do Sul. Anais. São Caetano do Sul. Celafiscs. Fec. do ABC, 1986.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental** - (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais). Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRUM, Gilson. **Educação Física sem distinção.** Gilson. Disponível em: [http://www.aprendebrasil.com.br/educacao\\_fisica/educadores/educadores01.asp](http://www.aprendebrasil.com.br/educacao_fisica/educadores/educadores01.asp) Acesso em 20 Nov. 2006.

BUENO, J.G.S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, 1999.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CIDADE, Ruth Eugenia.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência.** Uberlândia, 1997. CORDE. Escola para todos. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1992.

CIDADE, Ruth Eugenia. FREITAS, P.S. - Revista eletrônica Sobama - rc.unesp.br **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola.** Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf> Acesso em 20 Nov. 2006.

Claudia Pereira Dutra - **Secretaria de Educação Especial/ MEC** 05 de julho de 2005.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Prática reflexiva de professores de educação física ante o desafio da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Caxambu. 25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira. Anais... Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003.

Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais/Organização e coordenação Marlene de Oliveira Gotti [et. al].\_\_\_\_Brasília: MEC, SEESP, 2004.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências.** In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995.

FERREIRA, J.R. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais.** Cadernos Cedes, ano XIX, n. 46. 1998.

MAZZOTTA, Marcos J. da S. **Educação Escolar: Comum ou Especial?.** São Paulo, Pioneira, 1986.

MENA, Luiz F. Belmont. *Inclusões e Exclusões: A Inclusão Simbólica. Psicologia Ciência e Profissão* [do] Conselho Federal de Psicologia, v. 20, n.1, 2000. p.30-39.

OLIVEIRA, Flavia Fernandes de. **Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar.** Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>> Revista Digital - Buenos Aires - Ano 8 - Nº 51 - Agosto de 2002. Acesso em 14 Nov. 2006.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. **Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 8, n. 2. 2002.

PAULON, Simone Mainieri. FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2005.

Palestra proferida no dia 05/05/1993, no **Seminário Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no Contexto Educacional**, promovido pela Fundação Catarinense de Educação Especial (SC). Publicada nas Revistas: VIVÊNCIA, FCEE, n. 13, 1993 e INSIGHT Psicoterapia, n. 40, Ano 4, 1994.

PEREIRA, Izabela. **A importância do Basquetebol em cadeira de rodas nos aspectos físicos e sociais para os portadores de deficiência física.** Disponível em <<http://www.cdof.com.br/deficientes1.htm>> Acesso em 14 Nov. 2006.

ROSS, Paulo Ricardo. Educação e Trabalho. A conquista da Diversidade ante as Políticas Neoliberais. In: BIANCHETTI, Lúcido; FREIRE, Ida Mara (org). *Um Olhar*

sobre a *Diferença*: Interação, Trabalho e Cidadania. 3ed. Campinas: Papirus, 2000, Cap.2, p.53-110.

SALAMANCA. Declaração de Salamanca. *A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial*. [7-10 de junho de 1994]. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/salamanc.htm?f\\_id\\_artigo=3](http://www.educacaoonline.pro.br/salamanc.htm?f_id_artigo=3)>

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Ed. WVA 1997.

SASSAKI, R. D. **Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SCHWARTZMAN, J. S. Integração: Do que Estamos Falando? In: Montoan, M. E.(org). *A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema*. São Paulo: Memnon. Ed. Senac. P.62-69.

SILVA, S. B. **Análise das relações existentes na legislação que orienta a formação profissional dos especialistas em Educação Física e Desportos e os planos nas áreas educacional e desportiva no Brasil**. 1993. (Dissertação de Mestrado) - Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIMAS, Ricardo Laus. **Educação Física e a Integração Disciplinar**. Disponível em: <[http://www.educacional.com.br/educacao\\_fisica/educadores/educadores21.asp](http://www.educacional.com.br/educacao_fisica/educadores/educadores21.asp)> Acesso em 20 Nov. 2006.

**Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física e do Desporto**. Disponível em: [http://www.unesco.pt/cgi-bin/educacao/docs/edu\\_doc.php?idd=19](http://www.unesco.pt/cgi-bin/educacao/docs/edu_doc.php?idd=19) Acesso em 14 Nov. 2006.